



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ÉRICA SAMARA DE LIMA CORREIA BORGES

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ:
UM PANORAMA DA OFERTA NO MUNICÍPIO**

SUMÉ/PB

2019

ERICA SAMARA DE LIMA CORREIA BORGES

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ:
UM PANORAMA DA OFERTA NO MUNICÍPIO**

Monografia apresentada ao Curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, na área de Ciências Exatas da Natureza.

Orientadora: Dra. Denise Xavier Torres

SUMÉ – PB

2019

B732a Borges, Erica Samara de Lima Correia.
 Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Pública
Municipal de Sumé: um panorama da oferta no município. / Erica
Samara de Lima Correia Borges. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

44 f.

Orientadora: Professora Dr^a. Denise Xavier Torres.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura
em Educação do Campo.

1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Educação
especial. 3. Educação e inclusão. I. Torres, Denise Xavier. II Título.

CDU: 376(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:


Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ERICA SAMARA DE LIMA CORREIA BORGES

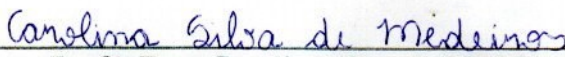
**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ:
UM PANORAMA DA OFERTA NO MUNICÍPIO**

Monografia apresentada ao Curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LeCampo), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, na área de Ciências Exatas e da Natureza.

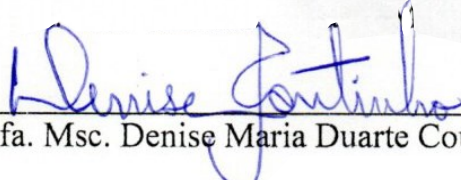
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Denise Xavier Torres
Orientadora (UAEDUC/CDSA/UFCG)



Profa. Dra. Carolina Silva de Medeiros
Examinadora I (UAEDUC/CDSA/UFCG)



Profa. Msc. Denise Maria Duarte Coutinho

Trabalho aprovado em 11 de julho de 2019.

SUMÉ – PB

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos com uma sensação de dever cumprido, todos esses anos na universidade não foram fáceis, foram momentos de alegrias, tristezas, frustrações, momentos de desespero, muita raiva (kkkkk) e em alguns momentos de fraqueza aquela vontade de desistir, mais por medo de não conseguir enfrentar os obstáculos do que por fraqueza, mas a alegria e o amor que aprendi ter pelo curso fizeram com que eu me mantivesse forte por esses anos.

Agradeço primeiramente a Deus por exatamente tudo que acontece em minha vida, em segundo, mas não menos importantes meus pais, Eliane e Solano, por terem me dado muita força e todo apoio que eu precisava, sempre me ajudando e fazendo de tudo para que eu alcançasse meus objetivos, mesmo com as dificuldades que a vida impõe em nossos caminhos eles nunca mediram esforços para que eu tivesse um futuro brilhante e é graças a eles que eu sou a mulher que me tornei hoje, pois eles me ensinaram a correr atrás dos meus sonhos, me ensinaram a lutar pelo que eu quero e acima de tudo me ensinaram que o caminho mais fácil nem sempre é o vitorioso, nem tudo que cai do céu é bom o melhor é o gostinho das coisas conquistadas pelo seu suor e esforço. Por isso Pai e Mãe, serei grata eternamente a vocês por terem me guiado pelo caminho do bem, essa vitória não é só minha, é nossa!

Leandro, meu irmão, te peço desculpas pelos momentos de estresses descarregado em você, mas sempre me compensava com um sorriso de calma, me fazendo parar e pensar e começar a ser mais relevante, te agradeço por ser um irmão atencioso, muito carinho e dedicado, me apoiando em minhas escolhas e me aconselhando em minhas burradas, embora brigamos muito te amo demais. Agradeço a minha prima Bia por me ajudar com apoio e com o computador, que me emprestou sem fazer cara feia, te amo demais prima e muito obrigada por tudo.

No decorrer de todos esses anos na universidade passaram por mim muitas pessoas que levo comigo até hoje, os professores que acabaram se tornando amigos, que acabavam aguentando minhas chatices dentro da sala de aula, que aguentavam minhas brincadeiras e piadinhas (que não eram poucas), mas foram pessoas essenciais para minha formação, pude aprender e absolver o que havia de melhor deles.

Meus amigos, que não foram poucos, Ismael sempre me dando incentivo, bons conselhos e sempre trouxe bons ensinamentos, uma pessoa que me ajudou do começo até esse momento nessa trajetória. Rafael sempre me ajudando quando eu precisava e corria pra ele pedindo arrego, me puxando para o lado cultural, me aturando e fazendo com que eu me sentisse

importante, até hoje assim, escutando minhas lamurias na escrita do meu TCC, me mostrando e me dizendo que eu era capaz, te amo Rafa e pode ter certeza que essa construção foi parte sua, não escrito e sim em apoio e incentivo. Daiane, muito obrigada por está ao meu lado nesses anos, me fazendo rir, me fazendo estudar de verdade e participando das minhas melhores risadas. Jefferson, pessoa impar que esteve sempre comigo, mesmo com a divisão das áreas fazia questão de sempre vim falar comigo, nem que fosse para conversar besteira, e olhe que eram muitas conversas sem pé e sem cabeça.

Vanessa, obrigada por tudo, tudo mesmo, estudar com você foi uma das melhores coisas da minha vida, foi amor a primeira vista, tenho sorte por ter você em minha vida até hoje, como também tenho Gabrielle, Gabriela e Thalyta, vocês são anjos em minha vida, verdadeiros presentes, uma amizade que vai além dos portões da universidade. Joseane, você se tornou uma amiga muito verdadeira que eu tive a honra de encontrar com a divisão de áreas, ficamos mais próximas e pudemos compartilhar muitos momentos juntos, muita risada e muito desespero, e bote desespero nisso, mas no fim deu tudo certo e hoje estamos aqui finalizando um ciclo. Minhas amigas que sempre tive fora da universidade Mariane, Lorena e Julia, vocês sempre estiveram comigo nos melhores e nos piores momentos, inclusive nesse ano vocês demais.

Quero agradecer a cada professor que passou pela minha formação. Tenham certeza que isso tudo aqui foi graças a vocês, graças a Deus eu não tive complicações com nenhum, pelo contrário tenho um carinho enorme por cada um que se fez presente durante esses anos, foi muito prazeroso todas as aulas, tenham certeza. Quero também deixar aqui meus agradecimentos a todos os amigos que fiz na universidade, os funcionários que me aturavam gritando, falando alto, rindo, me reclamando da vida kkkkk obrigada a cada um por todo carinho. Eu fiz verdadeiros amigos aqui no CDSA.

Denise quero agradecer a você por ter aceitado me orientar, ter pegado na minha mão e não ter soltado, muito obrigada por tudo mesmo sem você nada disso teria acontecido, obrigada por me escutar dizendo que eu não seria capaz, que isso não ia dar certo, que trabalhar e cuidar de criança não me daria chances de terminar. Mas você com toda paciência do mundo me disse que eu tivesse calma que tudo ia dar certo, e deu mesmo. Obrigada por toda ajuda e todo carinho, te levarei comigo sempre.

Obrigada a cada pessoa que se fez presente nesses momentos, minha família, meus amigos, meus colegas, todos, amo cada um de vocês pode ter certeza. A universidade me deu os melhores e os verdadeiros amigos da minha vida. Ganhei verdadeiros presentes.

Por fim venho não somente agradecer, mas também demonstrar meu amor pela minha filha Maria Laura, tão pequena mais com uma importância enorme na minha vida e nesse trabalho, digo que tudo isso aqui é por ela e para ela, engravidei no meio pro fim da graduação, não me arrependo, pois ela é a pessoa mais importante da minha vida, e se não tivesse ela isso tudo aqui não teria graça. Lá na frente ela vai ler esse trabalho e talvez se orgulhe de mim, mas ela saberá que minha inspiração foi ela, passei noites em claro escrevendo e ela dormindo ao meu lado e eu pensando “Tudo por você, vou vencer na vida, vou ser alguém na vida por você” e assim foi, estou hoje terminando esse ciclo para logo mais abrir outro não para mim, mas para você minha filha.

Obrigada!

RESUMO

O presente texto é fruto de uma pesquisa realizada como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo, área de Ciências Exatas e da Natureza. A pesquisa buscou compreender como se dá a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Sumé-PB. Para isto, foi realizada uma pesquisa documental e entrevistas semi-estruturados junto à secretaria de educação do município. A discussão sobre Educação Especial foi à base teórica para esta pesquisa, no dando suporte para compreender como a política de criação das salas de recursos multifuncionais, bem como do AEE foi se configurando como uma bandeira de luta por justiça social, mediante a larga trajetória de negação de direitos aos sujeitos que necessita de um suporte técnico e/ou pedagógico diferenciado para que se garanta o direito ao acesso à escolarização formal, pública, laica e socialmente referenciada. De posse dos dados identificamos que há um movimento crescente na oferta de AEE se compararmos os anos de 2018 e 2019, bem como uma expressiva presença de crianças pequenas sendo diagnosticadas e atendidas. Destacamos ainda que há em curso um projeto para criação de uma sala de AEE itinerante que possa atender às crianças de escolas camponesas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Direito à educação escolar. Atendimento Educacional Especializado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil.....	13
2.2 Políticas Educacionais para a Educação Especial.....	15
2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)	16
3 PERCURSO METODOLOGICO.....	22
3.1 Campo de Pesquisa	24
3.2 Sujeitos	27
4 MAPEAMENTO DA OFERTA DE AEE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ-PB.....	29
5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES	45

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na Universidade Federal de Campina Grande no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido campus de Sumé – PB, no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na subárea de Ciências Exatas da Natureza. O principal foco de discussão é o atendimento de estudantes nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Sumé-PB.

Trata-se de uma pesquisa de campo, na qual nos inquietou compreender melhor sobre a educação especial e as salas de AEE existentes no município. Inicialmente nosso foco era compreender como se dá o processo de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes com necessidades especiais, tanto pelos pais quanto pela escola. Com o desenvolvimento da pesquisa e com as idas e vindas ao campo de pesquisa passamos a buscar pela compreensão de qual é a abrangência do atendimento dessas crianças nas salas especializadas, de forma que esta pesquisa apresenta os resultados do mapeamento realizado junto à secretaria de educação do município de Sumé.

A princípio gostaria de pesquisar sobre as crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), mas ao chegar ao campo de pesquisa vi que seria uma missão quase impossível, pois eu teria que ter em mãos os diagnósticos das crianças e não era possível porque algumas estavam apenas em processo de investigação, tinha apenas uma aluna devidamente diagnosticada com o TDAH. Então ao ver que o projeto das salas de AEE estava crescendo no município e atendendo a todos os alunos com necessidades especiais, física ou mental, ponderamos que investigar como se dá esse atendimento seria uma contribuição pertinente, bem como poderíamos abordar todos, de certa forma.

O tema e objeto de estudo da pesquisa partiu de um desejo pessoal de querer saber mais sobre o assunto, a partir da disciplina ministrada durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo, Educação Especial, procurei saber mais sobre transtornos e deficiências, foi quando lembrei que antes de ingressar na universidade eu auxiliava um aluno com necessidade especial, esse aluno era da rede privada de ensino, eu fazia as atividades, provas e trabalhos dele, embora ele fosse muito inteligente, bom de gramática e matemática, os professores não deixavam que eu explorasse o potencial dele, eu sempre ia com as respostas para ele apenas transcrever com a letra dele, e os pais dele eram totalmente a favor da maneira que a escola “ensinava”.

Para as temáticas que envolvem a educação ofertada para crianças com necessidades especiais, minha curiosidade começou a ser aguçada na disciplina de Educação Especial, ofertada no curso. Na disciplina havia muitas questões interessantes com relação às crianças com necessidades especiais, a escola onde estudavam a relação com os colegas de aula e a relação entre os pais dessas crianças e a escola. Mas ficou algo a mais que me deixou curiosa sobre o assunto, querendo explorar mais e conhecer melhor esse meio.

Conversando com alguns familiares descobri um familiar com TDAH, que seus pais vieram descobrir depois que a criança começou a frequentar a escola. A dificuldade em relação ao desenvolvimento dessa criança foi enorme, mas depois do diagnóstico e com o tratamento correto a evolução dele na escola foi muito significativa. Com a curiosidade de me aprofundar nesse assunto e com um caso na família foi decidido que o tema seria esse, mas não seria aquele parente, que frequenta uma escola particular, e sim a rede municipal de Sumé – PB, por ser minha cidade natal, onde pretendo trabalhar, onde conclui o ensino fundamental e médio, na rede pública no município, vindo posteriormente a ingressar em uma universidade pública. De fato, é a melhor escolha para fazer essa pesquisa, fazendo um mapeamento das crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino do município de Sumé que são atendidas nas salas de AEE.

Não é fácil trabalhar com uma criança que tenha necessidade especial devido ao processo de escolarização dessas crianças, quando se é um transtorno ou uma deficiência visível se torna uma coisa mais flexível de se trabalhar, porque o professor consegue enxergar a necessidade que essa criança tem e consegue ter metodologias diferenciadas para trabalhar com ela, já quando se trata de um transtorno que não é visível fisicamente, o professor tem menos possibilidades e recursos para que aquele aluno aprenda e que o ensino tenha a mesma qualidade que para outros alunos.

Ao definirmos o tema a ser estudado, vários questionamentos perpassaram nossas construções, nos ajudando a realizar o refinamento do nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, surgiram inúmeras perguntas, como as seguintes: Como se dá o ensino dessas crianças? Como os professores lidam com essas crianças? Como se dá o processo de inclusão? Como é o acompanhamento da aprendizagem? A relação entre pais e escola, como está essa relação? Por fim, chegamos à seguinte pergunta de pesquisa: Qual é a dinâmica de atendimento aos estudantes com necessidades especiais nas salas de AEE?

Nesse sentido o objetivo geral desta pesquisa é mapear a dinâmica de atendimento de estudantes com necessidades especiais pela rede municipal de ensino de Sumé nas salas de

AEE. (Como objetivos específicos temos: a) mapear a localização dos estudantes atendidos no município; e b) identificar o processo de organização da oferta de AEE nas escolas do município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil

A educação deve ser, por princípio, liberal, democrática e não doutrinária. Dentro desta concepção o educando é, acima de tudo, **digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade**. A principal preocupação da educação, desta forma, deve ser o **desenvolvimento integral do homem** e a sua **preparação para uma vida produtiva** na sociedade, fundada no equilíbrio entre os interesses individuais e as regras de vida nos grupos sociais. A educação especial, que obedece aos mesmos princípios da educação geral, deve se iniciar no momento em que se **identificam atrasos ou alterações no desenvolvimento global** da criança, e continuar ao longo de sua vida, **valorizando suas potencialidades** e lhe oferecendo todos os meios para desenvolvê-las ao máximo. (BRASIL, 1994, p. 37).

Para chegarmos a uma política específica sobre Educação especial, percorremos um longo caminho. O direito a educação para todos foi promulgado pela primeira vez no Brasil, na Constituição de 1824, esse direito foi mantido nas constituições de 1934, 1937 e 1946. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, na qual se afirma o princípio da não discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação, inclusive, do portador de necessidades especiais.

Segundo Januzzi (1985), com o fortalecimento da produção industrial no Brasil no início da República, em 1910, contávamos com 3.424 indústrias e 159.600 operários. Nessa época, iniciavam-se os conflitos entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora.

De um lado, uma classe de operários, em condições miseráveis de vida, causadas pelo achatamento dos salários, e do outro, a burguesia industrial em busca de riqueza. A luta entre a burguesia industrial e trabalhadores resultou na produção de medidas sociais na tentativa de amenizar as tensões na sociedade.

Nesse momento são criadas as escolas são, com o objetivo de ocupar o tempo livre das crianças, que foram também alvo das políticas sociais. A divisão do trabalho imposta pelo emprego da máquina na indústria, que resulta na objetivação e simplificação do trabalho, permitiu o uso da força de trabalho de mulheres e crianças na produção.

Segundo Fausto (1978), de 1898 até 1907, ocorreu um êxodo rural com a crise cafeeira que, juntamente com a migração, contribuíram para a urbanização das cidades e para o crescimento industrial. A mão de obra disponível à indústria era composta em grande parte pelo emprego de mulheres e crianças.

A presença da mão-de-obra de mulheres e crianças na produção contribuía para ampliar a oferta de trabalhadores e para o achatamento dos salários. A baixa remuneração, a ausência de Leis trabalhistas e as difíceis condições de vida dos trabalhadores, resultavam em constantes confrontos entre os operários e industriais.

Tais confrontos traduziram-se em inúmeras reivindicações trabalhistas, entre elas, a regulamentação do trabalho infantil, que foi assinada em 1927. (ALVES, 1998). A partir de então, com a regulamentação do trabalho para menores, as crianças que antes eram trabalhadores da fábrica, passam a frequentar as escolas. Sua escolaridade ganha obrigatoriedade e a bandeira em favor da educação são levantadas.

Para Neres, (2015)

A expansão educacional vem atender e assistir os trabalhadores e seus filhos que não têm lugar na produção. A instituição escolar teria a função de prevenir a delinquência e proteger as crianças para os riscos da rua: vadiagem, mendicância e outros. “Assim, no Brasil, o cuidado do poder público com a parcela das crianças das camadas subalternas que estava nas ruas, aliou desde cedo à assistência à educação para o trabalho, no sentido de ocupá-las em atividades educacionais” (NERES, 2015).

Em 1971, a Lei 5692 faz referência ao ensino especial, conforme já estabelecido na LDB 4024/61, sempre sob a recomendação do engajamento ao ensino regular ou à educação geral. A educação especial é também contemplada no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/74. Este incorporou através do projeto prioritário n.º 35, a educação especial no rol das prioridades do País. Este projeto seria coordenado pelo CENESP – Centro Nacional de Educação Especial, criado a partir do Decreto 72.425, de 03 de julho de 1973. O CENESP foi o primeiro órgão federal, ligado diretamente à Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Em 1986, o CENESP foi transformado na Secretaria de Educação Especial – SEESP. A educação especial torna-se novamente estrutura básica do MEC e mantém basicamente a mesma prioridade do CENESP: ampliação de oportunidades educacionais ao PNE. (NERES, 2015)

Em 1990, a SEESP foi extinta e a educação especial voltou a fazer parte da Secretaria Nacional de Ensino Básico – SENEb, através do Departamento de Educação Supletiva e Especial – DESE. Somente em 1992 reapareceu a SEESP, nos mesmos termos em que foi criada em 1986.

Segundo Jannuzzi (1997:198), em 1974, no Brasil, 99.431 alunos foram atendidos nos serviços especializados. Até o ano de 1987, tínhamos 159.325 em atendimento. Isto significa que no período de 1974 – 1987 (13 anos), o número de PNE atendidos aumentou em apenas 60.061 alunos, ou seja, aproximadamente 60%. Considerando que o MEC trabalha com a hipótese de que 10% da população do Brasil possuem alguma deficiência e que, em 1997, essa população somava 49.7 milhões, estavam sendo atendidos apenas 3% dos PNE. Nesse período, o setor público também é apontado como responsável pelos serviços oferecidos, seja na criação de programas ou no subsídio às entidades particulares – as ONGs.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição Brasileira que traz vários artigos relacionados à educação do PNE e, também em relação à prevenção, trabalho, proibição de discriminação, saúde e assistência pública, condições de acesso a logradouros públicos e veículos de transporte coletivo adequados. (NERES, 2015.)

Com relação à educação especial, no art. 208, inciso III, “a Constituição prevê o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” Brasil (1988). Mesmo atribuindo ao estado o atendimento especializado, o próprio artigo deixa em aberto quando destaca “preferencialmente” às suas atribuições, não descartando que essa educação especializada possa ser ofertada pelo terceiro setor, como a ONG.

Sendo assim as crianças com necessidades especiais ao serem matriculadas na escola regular tem por direito serem atendidas diferenciadamente. A seguir trataremos das políticas educacionais vigentes, voltadas a Educação Especial.

2.2 Políticas Educacionais para a Educação Especial

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) define a educação especial como uma modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996). Porém, apesar dos avanços na legislação e das políticas públicas, o desafio da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais ainda persiste no país. (NASCIMENTO, 2015, p. 02).

Na atualidade, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

No entanto, a educação especial ao longo de sua trajetória, passou por várias mudanças, até chegar à política vigente. Como afirma Nascimento (2015),

A organização de escolas especiais separadas das escolas regulares, cujo modelo recebeu várias críticas por manter a segregação dos alunos com deficiência, pois levava a um sistema escolar paralelo que não favorecia a inserção social desses educandos. Em outro momento, vigorava o modelo de integração, ao inserir os alunos com deficiência em escolas regulares, o qual se mostrou limitado, pois não existiram mudanças significativas na organização das escolas para atender essa nova demanda. Em anos recentes, surge a defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. De forma genérica, a educação inclusiva refere-se à ideia de promoção da escola para todos. (NASCIMENTO, 2015, p. 03)

Com base nisso, a política educacional brasileira lança nas escolas as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que são salas que auxiliam os professores do ensino regular, como veremos a seguir.

2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

As salas de Atendimento Educacional Especializado funcionam na própria escola, onde um aluno por vez tem 50 minutos para estarem com o professor da AEE, esses horários são opostos do horário de aula regular, pelo menos uma vez na semana o aluno tem acompanhamento com esse professor. Os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.

Esse atendimento especializado nos remete a um modelo de reforço para esses alunos, pois uma sala de aula de ensino regular precisa atender habilidades e competências a serem cumpridas em determinado período, mas não pode excluir esse aluno como reforçar Ferreira (2016) “

O atendimento educacional especializado ocorre em horário oposto ao estabelecido pelo ensino regular, assim sendo, não o substitui; por ser complementar implica, necessariamente, num trabalho diferenciado, não reproduzindo “o mesmo conteúdo nem tampouco a metodologia adotada pela escola comum”, assim todo o atendimento pauta-se nas necessidades e particularidades do aluno, porém ambas (AEE e escola regular) precisam acontecer concomitantemente, uma vez que uma beneficia o trabalho da outra” (FERREIRA, 2016, p. 06).

Os principais destinatários das salas de AEE segundo o Decreto 7.611 de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado: “[...] considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência¹, com transtornos² globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação³”. O aluno do Atendimento Especializado, tem que está devidamente matriculado na escola regular para que ele tenha o direito de participar das aulas na sala de AEE, assim ele tem os dois acompanhamentos necessários.

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009)

Sendo assim, os alunos atendidos pelo AEE, não necessariamente esse atendimento precisa ser na escola, mas também em instituições não governamentais em parceria com as secretarias de educação, assim promovendo a garantia desse ensino e acompanhamento em qualquer uma das instâncias de governo.

No Art. 3º do Decreto 7.611 de 2011, definem os objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - “assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino” (Brasil, 2011).

Esses objetivos disposto no Decreto deixam claro sobre as condições desses alunos a terem direito a uma educação especializada correspondendo as suas necessidades, dispondo de ensino especializado, material pedagógico específico, para garantir o desenvolvimento educacional e social desse aluno.

Portanto, não é de hoje que se discute educação especial, mas, é recente a discussão de Educação Inclusiva, determinada em termos legais que garantem direitos aos sujeitos desses

¹Deficiência: é qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa.

²Transtorno: Em alguns casos, a palavra transtorno pode indicar uma condição de **perturbação mental** que muitas vezes requer a utilização de antidepressivos, tranquilizantes ou estabilizadores de humor.

³Superdotação: Faz referência a uma pessoa que possui capacidade mental significativamente acima da média.

direitos, sustentados pelo arcabouço legal que definem as condições necessárias para o seu desenvolvimento educacional e social desses sujeitos.

As crianças com necessidades especiais ao serem matriculadas na escola regular tem por direito ser atendidas diferenciadamente. Com base nisso a política educacional brasileira lança nas escolas as salas de AEE, que são salas que auxiliam os professores do ensino regular. Essas salas funcionam na própria escola, onde um aluno por vez tem 50 minutos para estarem com o professor da AEE, esses horários são opostos do horário de aula regular, pelo menos uma vez na semana o aluno tem acompanhamento com o professor do AEE.

“Assim, os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes”. Os atendimentos nas salas de AEE veio para que os alunos com deficiências ou transtornos fossem inclusos no âmbito escolar.

Os principais destinatários das salas de AEE são alunos com deficiência ou transtorno. O aluno da AEE tem que está devidamente matriculado na escola regular para que ele tenha o direito de participar das aulas na sala de AEE, assim ele tem os dois acompanhamentos necessários.

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Todas as escolas têm o direito de ter as salas de recursos multifuncionais ativa, para atender a um público que necessita desse recurso. Como as salas de AEE, é um direito do aluno que essas salas estejam funcionando de forma correta e em boas condições.

As salas de AEE não são um projeto novo, está em pauta desde a década de 1970, onde foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP (órgão esse que era vinculado ao Ministério da Educação), que logo depois se transformou em Secretaria de Educação Especial (SEESP). Nessa década as salas de AEE não tinham essa nomenclatura, eram chamadas apenas de Salas de Educação Especial, com isso a Educação Especial passou-se a ser incluída no contexto de políticas públicas. Seu principal intuito era de incluir o aluno com deficiência no ensino regular, as propostas eram outras, o aluno era apenas inserido na escola e a sala na qual ele frequentava era uma sala de Educação Especial, não existia muito do que existe hoje.

Com a sala de Educação Especial funcionando e tendo devido apoio, com métodos educacionais adequados para essas crianças foi possível ver o desenvolvimento e as conquistas adquiridas pelos alunos com necessidades especiais que frequentavam a escola regular. Os alunos que antes eram excluídos do meio escolar agora eram de certa forma, incluídos nesse âmbito, com material e ensino adequado.

As primeiras salas de AEE eram apenas para os anos iniciais, os alunos dos anos finais não tinham direitos a essas salas, só foi liberado para essa faixa etária há pouco tempo, ficando mais fácil para os pré-adolescentes e adolescentes frequentar essas salas. Nos tempos atuais as salas de AEE mudaram seu padrão, ao invés da criança ser atendidos dentro da própria sala regular eles são atendidos em uma sala especializada e com um padrão diferente do habitual, onde existe brinquedos, livros, uma estrutura totalmente oposta do que eles estão acostumados a ir todos os dias.

A educação especial pode passar por todos os níveis de educação, sem que atrapalhe o conhecimento dos demais alunos, ou que atrapalhe o professor em suas aulas, isso se dá aos avanços que temos hoje, é possível ver em muitas salas crianças e adolescentes em salas regulares com ótimo desenvolvimento.

Apesar do discurso pró-inclusão muito bem articulado, tanto da parte dos nossos dirigentes educacionais, quanto dos próprios professores, a escola brasileira continua sendo uma instituição onde a cultura predominante, ou o currículo oculto, por assim dizer, ainda privilegia a seriação (mesmo quando relativamente flexibilizada em sistemas de ciclos), a avaliação “conteudista”, com base no conhecimento de conteúdos e a ordenação e pré-estabelecimento desses conteúdos em tempos em que os mesmos devem ser absorvidos pelos alunos para uma eventual certificação. “É uma escola onde as condições físicas e organizacionais das turmas, e a jornada de trabalho do professor, entre outros fatores, não permitem o planejamento de uma intervenção pedagógica individualizada de qualidade” (GLAT, 2005, p.3).

As escolas com alunos com necessidades especiais têm o conceito de que o aluno só passa para a próxima série se ele estiver hábito, mas a forma como a maioria dos professores trabalha não dão nenhuma chance para os alunos com necessidades especiais. A escola leva em consideração são as avaliações feitas em sala de aula, por mais que o aluno seja inteligente, que se sobressaia aos outros alunos, se ele não tiver as notas na média ele não é aprovado no ano letivo, ou seja, quem fala que o aluno tem ou não capacidade de estar na próxima série é a avaliação.

Para um aluno com algum transtorno mental essa metodologia se torna difícil para que ele seja aprovado para as séries seguintes, vários alunos tem uma capacidade intelectual muito

boa, mas quando é na hora da avaliação escrita nem sempre eles têm a mesma capacidade para responder essas questões, no caso da criança com transtorno mental na maioria dos casos eles não conseguem fazer sob pressão, de que aquela atividade vale a nota que vai fazer com que ele seja aprovado ou reprovado, nesse caso todos os alunos sentem essa dificuldade, e os professores não ver.

Muitos professores têm mudado a forma de avaliação em suas aulas, fazendo avaliações contínuas, principalmente em salas que tem alunos com necessidades especiais. Os próprios professores observam essa necessidade de mudança em sala de aula, sabem que com isso os alunos podem ter um bom rendimento.

Para se ter uma escola totalmente inclusiva não basta ter apenas vontade e recursos financeiros. É difícil conseguir que tudo seja totalmente voltado para a inclusão, não basta apenas colocar o aluno com necessidade especial em uma escola onde tenha rampas, banheiros apropriados, salas adequadas, o aluno com necessidade especial precisa sentir-se realmente acolhido pela escola, no geral.

A família das crianças com necessidades especiais tem por dever fiscalizar como seus filhos estão sendo tratados no âmbito escolar, as horas que a criança passa na escola tem que ser momentos de aprendizagem, acolhimento e bem estar, as crianças no geral precisam ser bem tratadas, em especial as crianças com necessidades especiais, pois uma criança com algum transtorno ou deficiência física só volta a algum local quando bem tratada e bem acolhida.

Não adianta somente jogar os alunos em uma sala especial que eles vão ficar a vontade. É papel do professor estimular o interesse desses alunos, ajudando com que eles aprendam da maneira deles, mas que tenham o mesmo conhecimento e os mesmos ensinamentos que os alunos regulares.

A lei 7.853/89 da Constituição puni aqueles que agem de má fé com crianças com necessidades especiais. A pena pode ser de um a quatro anos de reclusão e multa, aqueles que se recusam a atender os alunos especiais, seja na rede pública ou privada. Professores e gestores têm por obrigação atender bem todo e qualquer aluno.

XII – Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissionais legalmente estabelecidos; (Lei Nº 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015).

Existem, no Brasil, algumas leis que asseguram os direitos das crianças com necessidades especiais de frequentar a escola, seja ela pública ou privada, garantindo educação de qualidade a esses alunos.

Para garantir os direitos oferecidos para as escolas com alunos com necessidades especiais, e ou, portadores de transtornos, o aluno que frequenta a sala de AEE obrigatoriamente tem que estar matriculado na escola frequentando a sala de ensino regular.

São direitos oferecidos pelo governo para que essas crianças e adolescentes tenham uma qualidade no ensino. Uma lei que assegura o direito dos alunos com necessidades especiais é a LDBEN 1996 (lei nº 9394/96) capítulo V do art. 58 ao 60 diz que “Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Isso garante que, quando necessário terá serviços com apoios especializados para essas crianças, em uma sala na própria escola sempre que o aluno não estiver interagindo na sala regular. Ainda segundo o art. 58 p. 3 “A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Ou seja, o estado tem por obrigação garantir educação e apoio a esses alunos a partir de seus primeiros anos na escola.

As leis existem para que as pessoas aprendam a conviver e respeitar as diferenças. O preconceito existe por que as pessoas não conhecem a necessidade que o outro tem e já começa a vê-lo como incapaz e que é um peso na sociedade. Quando a criança é exposta a tal realidade desde pequena ela começa a tratar aquela deficiência, aquela necessidade como algo normal, que mesmo com aquela limitação somos todos iguais, crescendo sabendo lidar com todas as diferenças de forma aberta e sem preconceitos.

3 PERCURSO METODOLOGICO

Para traçar os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, inicialmente destacamos a adoção da abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa não prioriza os dados com números, ou a quantidades e sim a qualidade dos fatos. A pesquisa visa em resultados mais exatos, partindo para o campo descritivo onde se analisa todos os aspectos relacionados ao tema e os objetivos do trabalho.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), a organização da pesquisa qualitativa tem como base a organização de um projeto e de uma pesquisa consistente, que possa apresentar uma melhor compreensão de um problema proposto. Ainda segundo os autores, o delineamento de uma pesquisa não consiste em abandonar novas perspectivas teóricas emergentes junto ao campo de pesquisa, mas sim em oportunizar aos pesquisadores momentos de reflexão ao longo do processo, tendo como premissa a uma base teórica.

O cuidado e a sistematização da pesquisa proporcionaram, dentre outros fatores, uma pesquisa guiada pelos seus objetivos e pela relação entre os conhecimentos teóricos e empíricos. Nesse contexto, a Pesquisa Qualitativa é também apontada como ferramenta metodológica que:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994. pp. 21-22)

Nessa direção, adotamos a pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que mesmo tratando de dados estatísticos e quantitativos nosso foco não é expor meramente um conjunto de número, mas sim buscar compreender como eles representam fenômenos, contextos e sujeitos.

No caso desta pesquisa vale salientar que a análise se debruçará em documentos de registro escrito, por isso afirmamos que a pesquisa é do tipo Documental. Logo é coerente assinalar que ela é definida por Marconi e Lakatos (2007) como pesquisa onde a coleta dos dados está intrinsecamente relacionada aos documentos. Desta forma, justificamos a escolha deste tipo de pesquisa por estar diretamente ligada a busca por documentos, que no caso do perfil dos estudantes atendidos nas salas de AEE representam, segundo as autoras, documentos de fonte e de tipo oficial.

Enquanto procedimentos para coleta de dados foram utilizados questionários e entrevistas com as professoras das salas de AEE, bem como com a responsável por esse setor na secretaria de educação. O questionário teve a função de realizar o mapeamento do perfil das professoras. Suas questões versavam sobre a formação, tempo de atuação e o tempo que elas trabalham em salas de AEE. As entrevistas tiveram a função de aproximação com os dados.

Nesse sentido, a escolha da entrevista semiestruturada nos permite aprofundar questões específicas sem que se remonte a uma padronização de questionamentos (LANKSHEAR E KNOBEL, 2008), pois levamos em conta o trabalho metodológico pautado em possibilidades e negociações, e nessa perspectiva, a entrevista semiestruturada dá espaço a tais reorganizações.

A pesquisa adotou como procedimentos de análise dos dados a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2004), busca a compreensão dos fatos para além do imediato, tendo por objetivos, de um lado, a descoberta e de outro o rigor. Apesar da existência de divergentes concepções do objetivo da Análise de Conteúdo, sua utilização é indispensável tanto ao trato rigoroso de dados, quanto à interpretação e redefinição das categorias analisadas.

Nesse sentido a autora diz ainda que:

Este dois pólo deseja de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, atualmente, ainda a faz oscilar entre duas tendências. (...) Metodologicamente, confrontam-se ou completam-se duas orientações: A verificação prudente ou a interpretação brilhante. (BARDIN, 2004. p. 25)

A articulação desses dois aspectos proporciona a esta pesquisa o trato metodológico coerente ao que se propõe analisar, uma vez que buscará compreender questões intrínsecas ao que é exposto, delineando a *posteriores novos* conceitos sobre os dados analisados.

Desta forma, a autora aponta ainda o caminho a ser trilhado no que diz respeito ao tratamento dos dados, organizando-o em três eixos principais: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na primeira etapa, realiza-se a organização dos dados, sistematizando o trabalho investigativo que se seguirá. Nesse momento, a leitura é um elemento fundante a organização da análise, denominada por Bardin (2004), *leitura flutuante*, que progressivamente irá se tornar mais precisa e mais consistente.

Ainda na pré-análise, ocorrerá a escolha dos documentos pela aproximação com o campo teórico e com o problema, constituindo assim um *corpus*, ou seja, um conjunto de documentos a serem analisados. Por fim, se dá a preparação do material, etapa final da pré-análise, onde os dados coletados são organizados para proporcionar um melhor manejo das informações mapeadas.

Após esse percurso, se segue a exploração do material coletado. É neste momento que ocorrem as análises mais prolongadas, consistindo propriamente em codificar e reorganizar as informações. Finalmente, ocorre o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos mesmos. Nessa última fase da análise, os dados são tratados de forma que passem de mera codificação a um conjunto de proposições válidas e consistentes.

Por fim, destacamos que o primeiro passo para adentrar ao campo de pesquisa se deu através da apresentação de minhas intenções de pesquisa na secretaria de educação, inicialmente para o secretário que me encaminhou para a pessoa responsável pela Educação Especial. Por conseguinte, ela me encaminhou para as professoras, com quais realizei entrevistas semiestruturadas. Para realizar a entrevista tive três encontros com as professoras, para só então aplicar o questionário. Nas conversas com as professoras pude saber como funcionam as salas de AEE, como o público se organiza e como são organizados os horários dos alunos e das professoras.

3.1 Campo de Pesquisa

Como a pesquisa tem o objetivo de mapear a dinâmica de atendimento de estudantes com necessidades especiais pela rede municipal de ensino de Sumé, o ideal seria procurar um local onde fosse possível observar como essas crianças estão sendo atendidas. Na rede privada é mais fácil de encontrar crianças diagnosticadas com transtornos e deficiências, mas para minha pesquisa seria de mais importância as crianças com necessidades especiais que frequente as escolas da rede municipal de Sumé. Então foi decidido que a presente pesquisa seria feita na rede pública de ensino, onde pretendo contribuir.

Como o objetivo da pesquisa é mapear a dinâmica de atendimento de estudantes com necessidades especiais pela rede municipal de ensino de Sumé, a primeira visita foi realizada na secretaria de educação para buscar tais respostas, como se trata da educação básica foi o lugar onde pude começar minha pesquisa.

De início foi um pouco difícil saber onde começar a procurar respostas para as diversas perguntas, se deveria ir primeiro na escola, entrar na sala de aula observar e tirar minhas

próprias conclusões ou ir até a Secretária de Educação e conversar com a responsável pela área de Educação Especial.

Com a chance de ficar no meio de professores que tem o contato diário com os alunos com necessidades especiais, saber dos projetos que eles têm para os alunos em geral, e principalmente os projetos para os alunos com necessidades especiais, seria de suma importância para minha formação, pois já estaria habituada com o meio em que pretendo trabalhar, ficando mais próxima e tendo contato quase que semanal com essas professoras.

Tive um total de seis visitas, juntando a secretaria de educação e a sala de AEE da Escola Maria Leite Rafael. A primeira tentativa de conversa foi um pouco frustrada, pois ao chegar à secretaria de educação me pediram para que eu procurasse uma pessoa, a qual não era responsável pela área que eu queria pesquisar, mesmo assim tive um primeiro contato com o secretário de educação aonde ele me atendeu muito bem e me disse onde, quando e quem eu deveria procurar para ter mais esclarecimentos. Logo em seguida teve vários contratemplos, um deles que ocupou bastante espaço em minha visita foi os festejos junino, período que as escolas ficam sem aulas (São João de 2018, ano que iniciei a pesquisa).

Logo após essas datas comemorativas voltei à secretaria de educação e pedi para falar com a responsável pela área de Educação Especial, de imediato fui encaminhada até sua sala onde fui muito bem atendida e recebida. Muito atenciosa ela me explicou como funciona o projeto, quem eu deveria procurar para esclarecer minhas questões e que iria ser mais rico para meu trabalho.

Como a primeira tentativa de encontrar com as professoras não deram certas, por motivos de desencontros, retornei até a secretaria de educação em conversa com a secretária ela me encaminhou de imediato para uma conversa com as professoras. Fui direto ao encontro delas em uma das salas de AEE da escola Maria Leite Rafael, que estava de reforma e então nosso encontro foi em uma sala provisória que estava localizada em uma escola que chamamos de “parquinho” que na verdade é uma extensão da escola Maria Leite Rafael.

O primeiro contato com as professoras das salas de AEE foi muito esclarecedor, pude conversar com elas sobre minhas dúvidas, elas foram bastante atenciosas, mas muito arredias também, por se tratar de uma estranha querendo saber sobre o trabalho que elas exerciam, pelo fato de ter sido poucos encontros entre nós o que faltou em nossa relação foi uma confiança, que seria conquistada com o tempo, onde infelizmente foi pouco para que essa relação fosse fortalecida.

O último contado com as professoras foi no momento em que elas estavam atualizando a lista de crianças com necessidades especiais onde estava presente a psicóloga que atende as crianças do município. Foi aplicado um questionário para as duas, tirado mais algumas dúvidas e mais umas questões que ficaram pendentes na primeira conversa.

A secretária me relatou que já existe em torno de 40 crianças diagnosticadas com alguma deficiência mental e/ou transtorno, e mais algumas crianças em análise para se dá o diagnóstico. A maioria das crianças com diagnóstico não chegaram às escolas diagnosticadas de casa, como se diz, a secretaria de educação juntamente com os pais e professores observam essas crianças que passam pelo acompanhamento com a psicóloga escolar, ela encaminha essa criança para uma análise clínica.

A escola não disponibiliza de uma equipe médica que possa auxiliar as crianças com necessidades especiais, ou até mesmo para encaminhá-las, para obter o diagnóstico dessas crianças, tem apenas uma psicóloga que acompanha todos os alunos da rede pública de ensino. Quando se chega alguma criança para a psicóloga ela vai avaliar esse aluno e encaminhá-lo para uma fonoaudióloga e da fonoaudióloga ela encaminha para outros especialistas, tentando assim descobrir qual o transtorno que essa criança tem.

A primeira sala de AEE no município foi implantada no ano de 2017 na escola Zélia Braz, situada no bairro Várzea Redonda, por ser uma escola totalmente inclusiva, foi reformada para atender todas as crianças inclusive as com necessidades especiais, escola totalmente adaptada, a escola atendia toda a rede municipal. Com o aumento dos números de crianças com necessidades especiais, a prefeitura adaptou três escolas em bairros estratégicos para atender melhor esse público.

Minha visita a sala de AEE foi a um horário que não estava em atendimento, tive a sorte de encontrar com as duas professoras ao mesmo tempo, elas estavam em horário vago, devido à falta do aluno ao acompanhamento. Pude ver como é organizada a sala e como as professoras se organizam para com seus alunos e seus horários.

As salas de AEE foram montadas com mobiliário para melhor atender aos alunos, nessas salas também disponibilizam de recurso didático pedagógico, como jogos e brinquedos que estimulam a coordenação e aprendizagem dessas crianças. Nas salas de AEE também disponibiliza de recursos de apoio, como cadeira de rodas, muletas e andadores.

Os cuidadores até o presente momento, foram contratados via seleção, exceto duas cuidadoras que passaram pelo concurso específico para cuidadores. Segundo a secretaria cada

estudante com necessidades especiais tem seu próprio cuidador, que auxilia o professor com o aluno na sala de ensino regular.

Em uma conversa com as professoras da sala de AEE, elas me relataram que alguns dos pais dos alunos não fazem o mínimo de esforço para que as crianças frequentem as salas, de 10 pais apenas 2 apóiam e sempre estão incentivando e acompanhando o desenvolvimento das crianças em sala de aula e na sala de AEE. Antes o maior obstáculo para os pais era à distância, pois só havia uma sala de AEE na cidade, na escola Zélia Braz situada no bairro de Várzea Redonda, com a frequente reclamação e com a evasão de alunos, em 2018 foram feitas mais 3 salas de AEE em pontos específicos na cidade, uma na escola UMEIEF Prof. Gonçala Rodrigues situada no bairro Conjunto Habitacional, outra na escola Unidade M. de Educação Em Tempo Integral Maria Leite Rafael situada no bairro Alto Alegre e uma na Creche Rita Cipriano situada no bairro Várzea Redonda, assim não haveria mais reclamações por parte dos pais, mas mesmo assim nem todos fazem questão de levar seus filhos, por ser em horário oposto a aula regular, agora a questão é a falta de tempo dos pais para levar as crianças.

3.2 Sujeitos

O assunto deste trabalho é mapear o perfil dos estudantes atendidos no município. Mas desde o início das minhas pesquisas para realizar o projeto minha pretensão seria trabalhar e compreender o ensino e aprendizagem das crianças com TDAH, mas como não sabia o que iria encontrar no campo de pesquisa, decidimos que seria melhor saber se havia alguma criança com algum transtorno diagnosticado, em alguma escola específica, mas ao decorrer da pesquisa vimos que nas salas de AEE recebiam crianças com diferentes necessidades especiais, embora cada transtorno ou deficiência tenha sua forma específica de se trabalhar. Seria uma missão difícil, teria que procurar os psicólogos educacionais, entrando na área da psicologia. Decidimos então mudar novamente o foco da pesquisa, e fazer o mapeamento da dinâmica de atendimento de estudantes com necessidades especiais pela rede municipal de ensino de Sumé, visando o atendimento dessas crianças dentro da escola.

Segundo as professoras das salas de AEE, o trabalho nas salas especializadas e até mesmo da sala regular teria mais eficácia se tivesse interesse por parte dos pais, mas como eles não dão brechas para tentar compreender do que se trata uma sala de AEE e poder ajudar seus filhos a situação só irá se agravar. Ainda segundo as professoras o acompanhamento dos pais em casa seria fundamental para o desenvolvimento das crianças, uma atenção a mais deixaria

eles mais contentes, na maioria dos casos o que falta nessas crianças é carinho e atenção, até mesmo na escola, uma criança com necessidade especial não pode ficar excluída dos outros, por mero capricho e preconceito, aliás, nenhuma criança pode ser excluída dos demais alunos, crianças tem que estar juntas uma das outras, só assim elas vão se sentir acolhidas e aceitas na sociedade, o papel do professor é de aproximar essas crianças umas das outras.

Mas também não foi relatado pelas professoras como acontece à abordagem dos pais, para muitos é difícil ter um filho com alguma necessidade especial, pois eles passam a gestação esperando uma criança perfeita, muitos pais não aceitam a realidade, então seria preciso ver como está sendo a abordagem da escola para com esses pais. Ficamos apenas com os relatos das professoras.

Outra coisa que ficou vago na conversa com as professoras foi à relação professoras das salas de AEE e professoras regulares. Não foi esclarecido como é a relação delas, conversas sobre os alunos e a aprendizagem.

4 MAPEAMENTO DA OFERTA DE AEE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SUMÉ-PB

Neste capítulo apresentaremos os dados coletados e as análises realizadas. Nessa direção, é pertinente pontuar que a coleta de dados não se deu de forma linear, foram necessárias algumas idas a campo para conseguirmos ter acesso ao material necessário para realizar o mapeamento objetivado por essa pesquisa. O primeiro passo de aproximação com o campo se deu na visita à secretaria de educação do município, onde pude apresentar minhas ideias e meu projeto a secretaria. A partir daí comecei as visitas a sala de AEE da escola Maria Leite Rafael, que no momento das visitas estava localizada na escola que chamamos de “parquinho”, pois a escola Maria Leite estava em reforma.

As visitas consistiam em conversas com as professoras responsáveis pela área e que foram também mentoras do projeto, realizando atendimentos em quatro escolas da rede municipal, essas escolas são localizadas em 3 bairros estratégicos da cidade (Alto Alegre, Conjunto Habitacional, Várzea Redonda).

Foi realizado um questionário com duas professoras, onde elas falavam sobre a formação delas, área de atuação e há quanto tempo elas estavam em sala de aula. Esse questionário de identificação docente consta nos apêndices deste texto monográfico.

Logo depois da aplicação deste questionário, tive acesso aos documentos que compuseram o corpus, pois apresentavam os dados de identificação dos alunos/as atendidos nas salas de AEE do município. Assim, comecei a compor as tabelas que sintetizamos dados sobre a quantidade de alunos, a faixa etária, quais transtornos e deficiências que as salas de AEE atendiam e a localidade onde estão matriculados.

Na tabela abaixo podemos observar a quantidade de alunos com necessidades especiais matriculados no ensino regular e público alvo para frequentar salas de AEE. Esta tabela síntese foi composta com os dados fornecidos ainda no final do ano de 2018, quando coletamos os primeiros dados, para mapear o perfil dos estudantes atendidos no município. Destacamos que no Apêndice B consta um quadro com a especificação dos diagnósticos apresentados nesta e nas demais tabelas presentes nesta pesquisa.

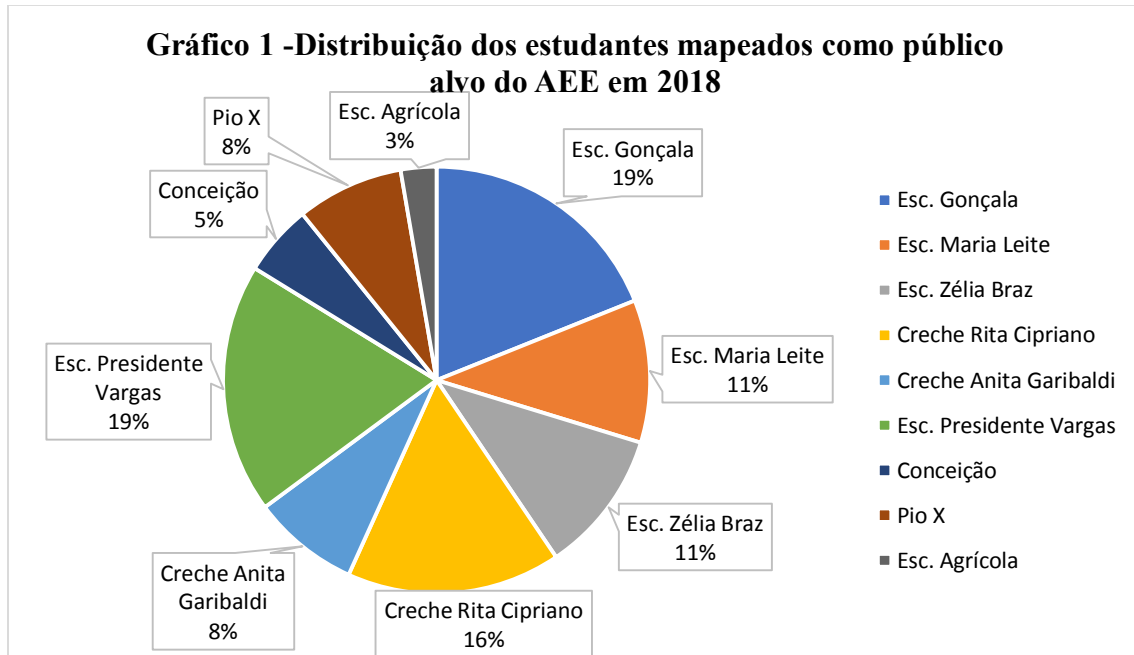
TABELA 01 – Mapeamento de Alunos/as com Necessidades Especiais matriculados em 2018

ALUNO	DATA DE NASCIMENTO	ANO	UNIDADE ESCOLAR	DIAGNÓSTICO
AL 1	05/09/2017	<i>não informado</i>	Esc. Maria Leite	F72
AL 2	05/01/2009	<i>não informado</i>	Esc. Maria Leite	F84
AL 3	01/01/2011	<i>não informado</i>	Esc. Zélia Braz	F90.0
AL4	08/10/2010	<i>não informado</i>	Esc. Zélia Braz	F84.1+F90.0
AL 5	28/06/2010	<i>não informado</i>	Esc. Zélia Braz	M99
AL 6	20/03/2010	<i>não informado</i>	Esc. Zélia Braz	G80+G40
AL 7	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	H90.6
AL 8	02/12/2004	<i>não informado</i>	Esc. Zélia Braz	F70.1
AL 9	29/11/2013	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	F84
AL 10	03/01/2013	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	F84
AL 11	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	Q05
AL 12	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Escola Agrícola	F71
AL 13	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	Q03
AL 14	30/12/1999	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	F71.1+F90.0
AL 15	11/10/2002	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	F71.1
AL 16	10/04/2004	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	F70
AL 17	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	F72
AL 18	08/04/2010	<i>não informado</i>	Esc. José Bonifácio (Pio X)	F84
AL 19	09/05/2008	<i>não informado</i>	Esc. José Bonifácio (Pio X)	G62.8
AL 20	17/09/2010	<i>não informado</i>	Esc. José Bonifácio (Pio X)	G62.8
AL 21	12/12/2008	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	G80+G40
AL 22	03/11/2010	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	G80
AL 23	01/08/2002	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	Q03+G40+F71+Q91
AL 24	19/07/2005	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	Q04.0
AL 25	03/11/2008	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	F71.1+G40
AL 26	05/09/2002	<i>não informado</i>	Esc. Presid. Vargas	G40.0
AL 27	10/08/2001	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	F84
AL 28	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	G91
AL 29	08/04/2011	<i>não informado</i>	Esc. Maria Leite	F84
AL 30	20/10/2017	<i>não informado</i>	Esc. Maria Leite	G91
AL 31	01/11/2015	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	Q02
AL 32	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	Q02
AL 33	22/01/2016	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	F84
AL 34	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Gonçala Rodrigues	F79.1
AL 35	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Conceição	Q02
AL 36	19/11/2013	<i>não informado</i>	Conceição	TDH +
AL 37	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	F84

Fonte: Relatório anual da secretaria de educação do município de Sumé – 2018.

Essa tabela foi composta a partir do relatório anual do ano de 2018, que nos foi cedido pelas professoras e pela responsável pelo setor na secretaria de educação. Assim, destacamos que existiam à época 37 alunos matriculados no ensino regular, mas apenas 25 alunos frequentam as salas de AEE, segundo informações dadas pelas professoras. Elas frisam ainda que a evasão seja muito grande e que muitos alunos que deveriam estar sendo acompanhados pelas professoras das salas, não estão, pois por algum motivo os pais/ou responsáveis não os levam. As professoras cogitam algumas hipóteses para que ocorra essa evasão, todavia não nos aprofundamos, pois não era objetivo desta pesquisa realizar tal feito.

A distribuição da oferta/atendimento se dá em quatro unidades de ensino. A figura a seguir apresenta a distribuição dos estudantes nas unidades mapeadas a fim de termos um panorama geral de onde esses alunos estudam no ensino regular, uma vez que o atendimento de fato só ocorre em quatro unidades de ensino.



Ao apresentar esses dados é possível identificar que as crianças que possuíam diagnóstico no ano de 2018 encontram-se matriculadas no ensino regular em nove escolas da rede municipal, sendo mais representativo o número de crianças frequentantes às escolas Gonçalves e Presidente Vargas. Nesse sentido, é pertinente destacar que o atendimento é realizado em quatro escolas da sede do município, agregando o atendimento de todos os estudantes do município.

Como afirmamos anteriormente, as professoras nos informam que há uma evasão significativa, de forma que nem todos os alunos com diagnóstico e matriculado no ensino regular frequentam uma das quatro salas de AEE, como podemos observar na tabela a seguir, que sumariza o quantitativo de estudantes atendidos em cada escola que possui sal de AEE.

TABELA 02 – Mapeamento da Distribuição de Alunos Atendidos por Sala de AEE no Município de Sumé – PB (2018)

SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – U.E.E.I. F GONÇALA RODRIGUES DE FREITAS		
ALUNOS	ESC. DE ORIGEM	DIAGNÓSTICO
AL 21	Escola Gonçala	G80+G40
AL 22	Escola Gonçala	G80
AL 23	Escola Gonçala	Q03+G40+F71+Q91
AL 24	Escola Gonçala	Q04.0
AL 25	Escola Gonçala	F71.1+G40
AL 34	Escola Gonçala	79.1
AL 27	Escola Gonçala	F84
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – U.M.E.T.I. MARIA LEITE RAFAEL		
AL 1	Escola Maria Leite	F72
AL 2	Escola Maria Leite	F84
AL 29	Escola Maria Leite	F84
AL 30	Escola Maria Leite	G91
AL 13	Escola Presid. Vargas	Q03
AL 14	Escola Presid. Vargas	F71.1 + F90;0
AL 16	Escola Presid. Vargas	F70
AL 17	Escola Presid. Vargas	F72
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – U.E.E.I.F ZÉLIA BRAZ		
AL 4	Escola Zélia Braz	F84.1 + 90.0
AL 5	Escola Zélia Braz	M99
AL 6	Escola Zélia Braz	G80 + G40
AL 8	Escola Zélia Braz	F70.1
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CRECHE RITA CIPRIANO		
AL 31	Creche Anita Garibaldi	Q02
AL 32	Creche Anita Garibaldi	Q02
AL 33	Creche Anita Garibaldi	F84
AL 37	Creche Rita Cipriano	F84
AL 10	Creche Rita Cipriano	F84
AL 9	Creche Rita Cipriano	F84

Fonte: Relatório anual da secretaria de educação do município de Sumé – 2018.

Como podemos ver na tabela que apresenta o panorama do atendimento nas quatro escolas que possuem sala de AEE, a escola que tem o maior número de crianças especiais frequentando a sala de AEE é a escola Maria Leite Rafael, abrangendo um número significativo de alunos da área em que a escola se localiza, proporcionando o atendimento também aos estudantes oriundos da Presidente Vargas também. Assim, destacamos que dos 12 alunos com diagnóstico matriculados nas duas escolas no ensino regular, 8 frequentam a sala de AEE.

Os relatórios analisados apontam também que o número de crianças diagnosticadas nos primeiros anos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental tem crescido de forma relevante, muito importante essa identificação desde os primeiros anos de vida e os primeiros anos na escola. Das crianças diagnosticadas nas duas creches municipais, destacamos que, das 7 crianças, 6 frequentam a sala de AEE da creche Rita Cipriano, isso é satisfatório por que vemos que os pais/ou responsáveis dessas crianças estão realmente comprometidos com o aprendizado

de seus filhos. O fato de algumas dessas crianças ficarem em tempo integral na creche ajuda que eles (crianças) frequentem as aulas na sala de AEE.

Também é satisfatório ver que na escola pioneira, que é a Zélia Braz, o número de crianças que frequentam a sala de AEE é satisfatório, uma vez que dos 5 alunos matriculados 4 estão frequentando a sala de AEE na escola.

A escola Gonçala Rodrigues está com todos os alunos diagnosticados e matriculados no ensino regular frequentando a sala de AEE. Esses resultados são importantes tendo em vista a longa trajetória de negação do direito a uma educação inclusiva para os estudantes com necessidades especiais. Destacamos também que de acordo com as falas das professoras, a aceitação pela comunidade foi muito positiva em relação às salas de AEE no município.

Com a continuidade da pesquisa, nos deparamos com algumas indagações, dentre elas a busca por compreender como se dá o processo de investigação das crianças que ainda não possuem diagnósticos, mas que requerem um olhar especial no processo de escolarização. Nesse sentido, coletamos os dados referentes à oferta em 2019, considerando os alunos com diagnóstico e os que ainda estão em fase de investigação por parte da equipe de Educação Especial.

Vamos agora observar a tabela dos alunos que frequentam as salas de AEE e estão matriculados no ensino regular do presente ano de 2019. A maioria dos alunos desta tabela já se encontrava mapeados na primeira tabela aqui apresentada, mas destacamos a necessidade de apresentar e comparar os dados do ano de 2018 e de 2019, tendo em vista que o número de crianças diagnosticadas e em investigação cresceu significativamente.

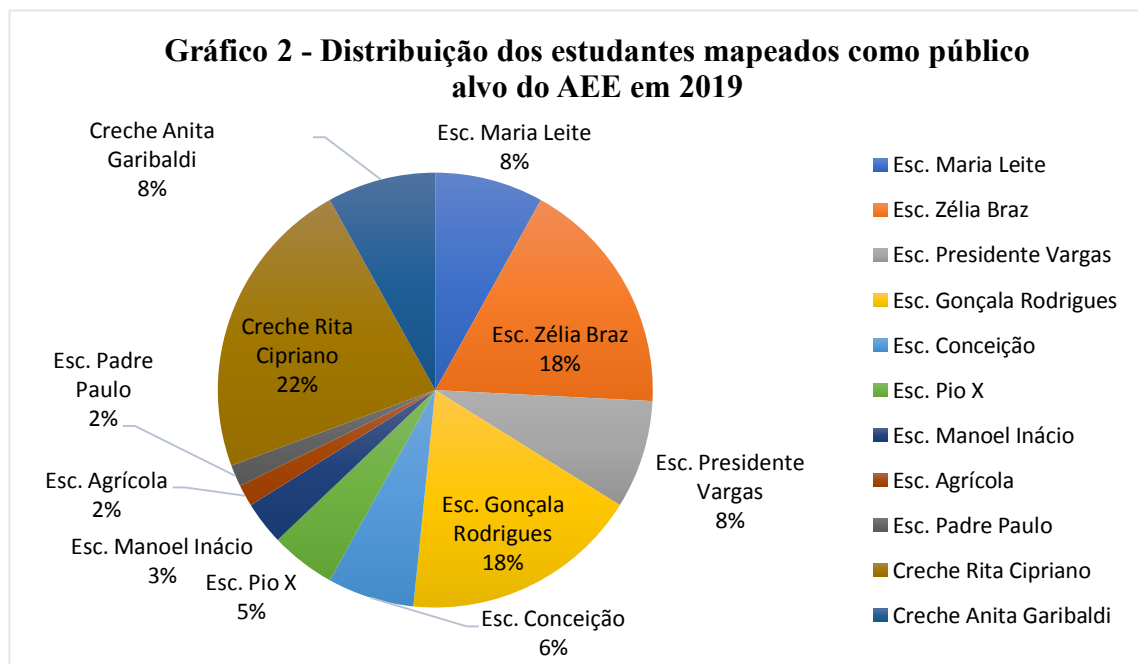
TABELA 03 – Mapeamento de Alunos/as com Necessidades Especiais matriculados em 2019

ALUNO	ANO DE NASC.	ANO	UNIDADE ESCOLAR	DIAGNÓSTICO
AL 1	05/09/2007	3º ANO	Esc. Maria Leite	F72
AL 2	05/01/2009	2º ANO	Esc. Maria Leite	F84
AL 3	01/02/2011	3º ANO	Esc. Zélia Braz	F90.0
AL 4	08/10/2010	4º ANO	Esc. Zélia Braz	F84.1+F90.0
AL 5	28/06/2010	3º ANO	Esc. Zélia Braz	M99
AL 6	20/03/2010	4º ANO	Esc. Zélia Braz	G80+G40
AL 7	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Zélia Braz	<i>não informado</i>
AL 8	02/12/2004	5º ANO	Esc. Zélia Braz	F70.1
AL 9	<i>não informado</i>	4º ANO	Esc. Zélia Braz	<i>Investigação com parecer</i>
AL 10	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	<i>Investigação</i>
AL 11	03/01/2013	PRÉ I	Esc. Zélia Braz	F84
AL 12	22/07/2013	CRECHE III	Creche Rita Cipriano	F84
AL13	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	G40.3
AL 14	30/12/1999	7º ANO	Esc. Presid. Vargas	F71.1+F90.0
AL 15	11/10/2002	7º ANO	Esc. Presid. Vargas	F71.1
AL 16	10/04/2004	7º ANO	Esc. Presid. Vargas	F70
AL 17	27/07/2009	4º ANO	Esc. Zélia Braz	TDAH
AL 18	08/04/2010	2º ANO	Esc. José Bonifácio (PioX)	F84
AL 19	09/05/2008	3º ANO	Esc. José Bonifácio (PioX)	G62.8
AL 20	17/09/2010	1º ANO	Esc. José Bonifácio (PioX)	G62.8
AL 21	12/12/2008	4º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	G80+G40
AL 22	03/11/2010	3º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	G80
AL 23	01/08/2002	7º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	Q03+G40+F71+Q91
AL 24	19/07/2005	7º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	Q04.0
AL 25	03/11/2008	5º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	F71.1+G40
AL 26	05/09/2002	8º ANO	Esc. Presid. Vargas	G40.0
AL 27	10/08/2001	8º ANO4	Esc. Gonçala Rodrigues	F84
AL 28	08/04/2011	2º ANO	Esc. Maria Leite	F84
AL 29	23/01/2011	2º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	<i>Investigação</i>
AL 30	20/10/2007	6º ANO	Esc. Presid. Vargas	G91
AL 31	25/07/2016	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	Hidrocefalia
AL 32	01/11/2015	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	Microcefalia
AL 33	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	Microcefalia
AL 34	21/01/2016	<i>não informado</i>	Creche Anita Garibaldi	F84
AL 35	29/11/2013	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	F84
AL 36	18/08/2013	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	F84
AL 37	28/05/2014	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	Deficiência MMSD
AL 38	27/01/2014	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	<i>Investigação</i>
AL 39	04/10/2005	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	G91
AL 40	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	<i>Investigação</i>
AL 41	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	G40
AL 42	28/02/2015	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	<i>Investigação</i>
AL 43	19/11/2003	<i>não informado</i>	Conceição	F70+F81.3
AL 44	17/04/2008	<i>não informado</i>	Conceição	<i>Investigação</i>
AL 45	10/03/2013	<i>não informado</i>	Conceição	<i>Não informado</i>
AL 46	07/02/2013	<i>não informado</i>	Conceição	F90.0+F90.1
AL 47	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Manoel Inácio	F70+F81.3
AL 48	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Esc. Manoel Inácio	<i>Não informado</i>
AL 49	24/08/2006	<i>não informado</i>	Esc. Maria Leite	F90.0
AL 50	<i>não informado</i>	7º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	<i>Não informado</i>
AL 51	<i>não informado</i>	1º ANO	Esc. Gonçala Rodrigues	F90
AL 52	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	Creche Rita Cipriano	<i>Investigação</i>

AL 53	não informado	não informado	Creche Rita Cipriano	F90
AL 54	não informado	não informado	Creche Rita Cipriano	Investigação
AL 55	não informado	não informado	Esc. Gonçala Rodrigues	Investigação
AL 56	29/08/2009	3º ANO	Esc. Zélia Braz	Investigação
AL 57	29/05/2011	2º ANO	Esc. Zélia Braz	Investigação
AL 58	não informado	não informado	Esc. Gonçala Rodrigues	Síndrome de Down
AL 59	não informado	6º ANO	Esc. Agrícola	F90.0+F81.3
AL 60	10/11/2008	3º ANO	Esc. Maria Leite	F84+F90
AL 61	15/04/2017	não informado	Creche Anita Garibaldi	Síndrome de Down
AL 62	21/05/2002	9º ANO	Esc. Padre Paulo	Síndrome de Down

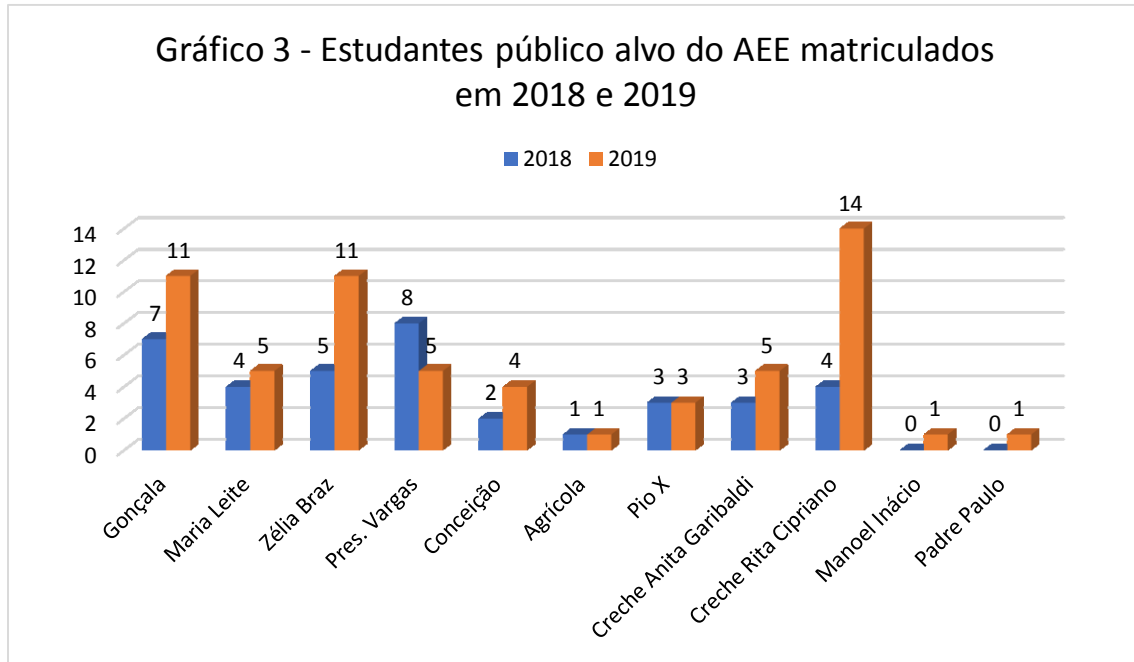
Fonte: Documentos de matrícula e acompanhamento da oferta de AEE

Como foi possível observar, houve um crescente e significativo aumento nas matrículas de crianças especiais na rede de ensino pública municipal. No ano de 2018 o total de crianças matriculadas era de 37, passando ao total de 62 no ano de 2019. Esse aumento e os dados referentes à turma em que esses alunos estão matriculados revelam que não somente temos o atendimento acontecendo cada vez mais cedo com as crianças nas creches, como também com as crianças no Ensino Fundamental. Nesse sentido, o gráfico a seguir mostra como se dá a distribuição desses alunos nas escolas da rede no ensino regular.



Observando o gráfico é possível destacar que o aumento dos estudantes mapeados como público alvo para o Atendimento Educacional Especializado se deu em praticamente todas as escolas mostradas no ano de 2018, sendo registradas matrículas e duas escolas que não apareciam anteriormente. São elas: Escola Padre Paulo e Escola Manoel Inácio. A título de

comparação, o gráfico a seguir aponta os dados referentes às matrículas analisadas nesses dois anos.



Destacamos nesse gráfico comparativo, conforme já pontuado anteriormente, que o número de crianças que estão matriculadas no ensino regular e que são público alvo para o AEE cresceu significativa, tendo como sua maior expressão a Creche Rita Cipriano, a Escola Gonçalves Rodrigues e a Escola Zelia Braz. Nesse sentido, seguimos o mapeamento para identificar quantos desses alunos estão sendo atendidos nas quatro salas de AEE, semelhantemente ao que realizamos com os dados do ano de 2018. Desta forma, a tabela a seguir sintetiza esses dados.

TABELA 03 – Mapeamento da Distribuição de Alunos Atendidos por Sala de AEE no Município de Sumé – PB (2019)

SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – ESCOLA MARIA LEITE RAFEL		
ALUNO	UNIDADE DE ENSINO	DIAGNÓSTICO
AL 1	Escola Maria Leite	F72
AL 2	Escola Maria Leite	F84
AL 5	Escola Maria Leite	M99
AL 14	Escola Presid. Vargas	F71.1+F90.0
AL 15	Escola Presid. Vargas	F71.1
AL 16	Escola Presid. Vargas	F70
AL 28	Escola Maria Leite	F84
AL 30	Escola Presid. Vargas	G91
AL 49	Escola Maria Leite	F90.0
AL 60	Escola Maria Leite	F84+F90

SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – ESCOLA ZÉLIA BRAZ		
AL 3	Escola Zélia Braz	F90.0
AL 4	Escola Zélia Braz	F84.1+F90.0
AL 6	Escola Zélia Braz	F80+F50
AL 7	Escola Zélia Braz	<i>Não Informado</i>
AL 9	Escola Zélia Braz	<i>Investigação com Parecer</i>
AL 11	Escola Zélia Braz	F84
AL 17	Escola Zélia Braz	TDAH
AL 43	Conceição	F70+F81.3
AL 45	Conceição	<i>Não Informado</i>
AL 56	Escola Zélia Braz	<i>Investigação</i>
AL 57	Escola Zélia Braz	<i>Investigação</i>
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CRECHE RITA CIPRIANO		
AL 12	CRECHE RITA CIPRIANO	F84
AL 31	Creche Anita Garibaldi	Hidrocefalia
AL 34	Creche Anita Garibaldi	F84
AL 35	Creche Rita Cipriano	F84
AL 36	Creche Rita Cipriano	F84
AL 38	Creche Rita Cipriano	<i>Investigação</i>
AL 53	Creche Rita Cipriano	F90
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – ESCOLA GONÇALA RODRIGUES DE FREITAS		
AL 21	Escola Gonçalves Rodrigues	G80+G40
AL 22	Escola Gonçalves Rodrigues	G80
AL 23	Escola Gonçalves Rodrigues	Q03+G40+F71+G91
AL 24	Escola Gonçalves Rodrigues	Q04.0
AL 25	Escola Gonçalves Rodrigues	F71.1+G40
AL 50	Escola Gonçalves Rodrigues	<i>Não Informado</i>
AL 55	Escola Gonçalves Rodrigues	<i>Investigação</i>

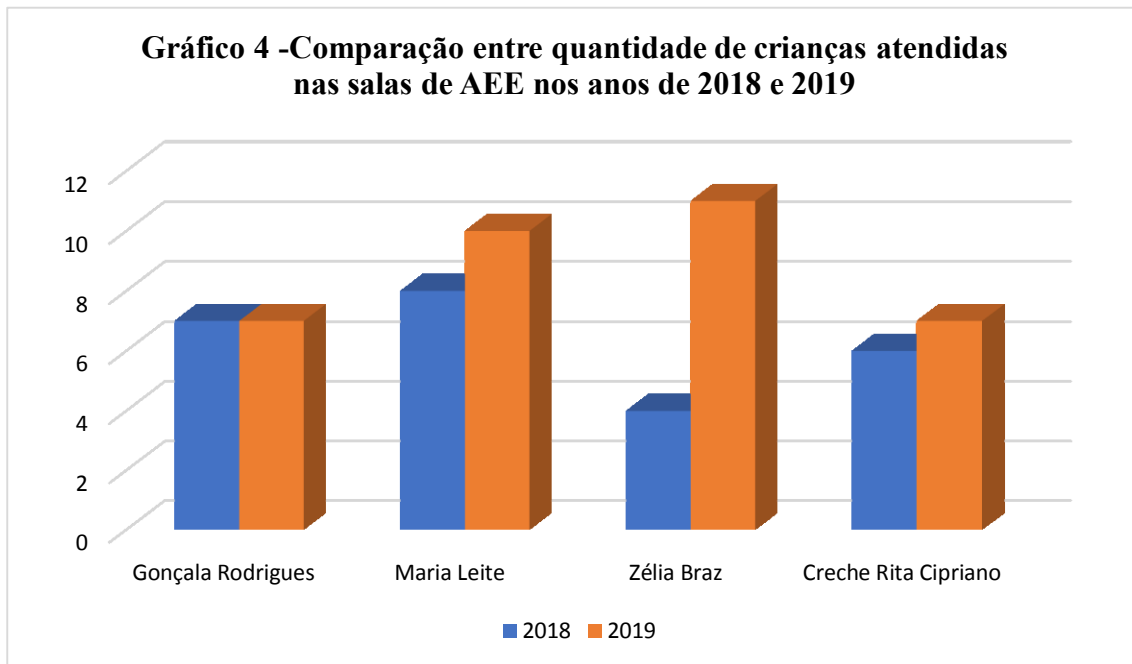
Fonte: Documentos de matrícula e acompanhamento da oferta de AEE

Os documentos analisados com dados atualizados do ano de 2019 mostram o crescimento em casos de crianças com necessidades especiais e em processo de investigação. Com o alto número de crianças diagnosticadas e em investigação nas escolas, as professoras relatam que tiveram também alguns casos de evasão desses alunos, tanto nas salas de AEE quanto nas salas regulares. Os motivos não foram detectados, mas qualquer perda já é um pequeno retrocesso.

Dos 62 alunos matriculados nas escolas de ensino regular no ano de 2019, 37 desses alunos já estavam matriculados no ano anterior (2018), tiveram um aumento de 25 alunos matriculados nas escolas regulares, desses alunos alguns já estavam estudando nas escolas regulares sem nenhum tipo de diagnóstico de alguma necessidade especial, esses alunos encontram-se em investigação.

De 12 alunos em investigação 5 alunos estão frequentando as salas de AEE de suas escolas, ou a escola mais próxima de seu bairro. O que tem sido muito bom para os alunos, pois mesmo sem um diagnóstico eles frequentam e participam das atividades das salas de AEE, sendo um ganho para eles. Apesar do aumento no número de alunos matriculados em salas

regulares, esse aumento não foi tão expressivo nas salas de AEE, como podemos observar no gráfico a seguir.



Com o aumento de casos de crianças com necessidades especiais as salas também ficaram um pouco mais cheias. Na escola Maria Leite Rafael que em 2018 atendia 8 alunos na sua sala de AEE, no ano de 2019 teve um aumento para 10 alunos, nos dois anos das pesquisas os alunos que são atendidos pela sala de AEE da escola Maria Leite Rafael são alunos da própria escola Maria Leite e os alunos da escola Presidente Vargas.

Dos 10 alunos matriculados na escola Zélia Braz na sala regular, 9 estão frequentando a sala de AEE da escola, entre eles 2 alunos dos 4 que estavam frequentando no ano de 2018, juntamente com os alunos matriculados na escola Zélia Braz estão matriculados na sala de AEE da escola mais 2 alunos que estudam e moram na zona rural da cidade de Sumé, no sítio Conceição. Totalizando assim 11 alunos matriculados e frequentando a sala de AEE da escola.

A escola que teve o maior aumento no número de crianças com necessidades especiais foram, juntas, as Creches Rita Cipriano e Anita Garibaldi, 16 crianças a mais diagnosticadas e em investigação estão frequentando a escola, esse número é dividido entre as duas creches. No ano anterior o número de crianças diagnosticados eram de apenas 7 crianças, teve um crescente de mais de 100%. Dessas crianças além das diagnosticadas estão frequentando a sala de AEE também as crianças que estão passando pelo processo de investigação.

Já na escola Gonçala Rodrigues de Freitas teve um aumento de 5 alunos matriculados, diagnosticados e em investigação. Desses 12 alunos apenas 7 estão frequentando a sala de AEE da escola.

Em análise aos dados coletados, pudemos identificar que alguns alunos que estavam em uma determinada escola no ano de 2018 e no ano de 2019 não se encontram mais na mesma escola é por motivo de transferências para outra escola do município e conseqüentemente está frequentando a sala de AEE da mesma.

Além das seis escolas que estão sendo atendidas pelas salas de AEE (Maria Leite, Zélia Braz, Rita Cipriano, Gonçala Rodrigues, Conceição e Presidente Vargas), há três escolas que os alunos não estão sendo atendidos pelas salas de AEE. Elas são a escola Padre Paulo com 1 aluno, escola Agrícola com 1 aluno e escola José Bonifácio (escola do campo no Pio X) que tem 3 alunos. Além dessas escolas a da Conceição tem 6 alunos com necessidades especiais, mas apenas 2 estão frequentando a sala de AEE da escola Zélia Braz.

Um dado relevante descoberto pela pesquisa é que a secretaria de educação vem montada uma proposta para atender às crianças da zona rural do município que não tem como se deslocar de sua comunidade em horário oposto das aulas regulares. Onde também a maioria desses alunos assiste aula na própria comunidade, nas escolas do campo.

Está em discussão na secretaria de educação do município uma sala de AEE itinerante para esses alunos da zona rural do município. Esse projeto pretende atender as escolas Manoel Inácio que fica na comunidade rural de Poço da Pedra onde existem 8 crianças com necessidades especiais, a escola José Bonifácio na comunidade rural do Pio X com 3 crianças com necessidades especiais, e a escola João de Sousa na comunidade rural da Conceição com 6 crianças com necessidades especiais.

Ainda é um projeto no papel, mas as salas itinerantes pretendem atender as comunidades rurais, para que essas crianças tenham os mesmos direitos das que estudam na zona urbana. Ainda está passando por reformulações para o melhor atendimento as crianças do campo.

O objetivo geral do projeto é “Ampliar os serviços de AEE a alunos da Ed. do Campo, redimensionando a itinerância do professor nas escolas urbanas”. O projeto pretende atender a toda a comunidade rural, inicialmente nessas três escolas que já existem casos de crianças diagnosticadas.

Segundo a secretaria responsável pela área, o projeto pretende funcionar da seguinte forma: o professor atenderá cada escola um dia por vez, uma vez na semana, levará consigo uma mala onde estará todo o material didático pedagógico, chamado de “Baú Itinerante”, será

levado de escola por escola pelo professor. Chegando a cada escola o professor abrirá o baú e montará a sala de aula.

Nas escolas do campo já existem alguns materiais que são os recursos de apoio, que são recursos de acessibilidade, como para uma sala de AEE em cada escola do campo seria difícil por questão dos materiais necessários, fez-se um levantamento com as professoras das salas de AEE e foi cedido alguns materiais para ser usado no baú itinerante das escolas do campo. Pela falta de recursos que se fez a ideia de “uma sala móvel”.

A sala itinerante é de grande importância para as escolas do campo, embora seja ainda muito pouco devida a demanda dos alunos, mas já é alguma coisa, como o projeto ainda está em análise pela secretaria possa ser que ainda não seja totalmente nessa estrutura. Mas realmente é uma ação de bastante necessidade para os alunos campesinos, que sofrem com a locomoção para serem atendidos pelas salas de AEE na zona urbana da cidade.

No todo é um projeto interessante que tende a dar certo, tudo vai depender da forma que ele vai ser executado, talvez a contratação de mais professores, por que como só tem duas para atender a toda uma comunidade ficaria muito sobrecarregado para elas atender também a zona rural, talvez elas não consigam. Mas acredito que tudo isso será discutido e avaliado pelos secretários responsáveis.

5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As motivações para a realização dessa pesquisa são oriundas de uma série de influências, dentre elas minha trajetória na universidade, meu início de carreira trabalhando com uma criança especial, bem como minha família. Hoje, em vias de me tornar licenciada em Educação do Campo e com essa pesquisa finalizada não consegui responder todas as minhas inquietações, ainda não tenho receitas para lidar com as diferenças em sala de aula, bem como com os diferentes, mas concluo com o sentimento de que posso me reinventar na docência e na vida.

Apesar de todos os desafios que essa pesquisa me trouxe sou grata por poder ter aprendido mais sobre Educação Especial e sobre as políticas educacional para o atendimento às diferenças e aos diferentes. Para chegarmos a este objeto de pesquisa foram muitos e muitos acertos e atropelos, mas conseguimos concluir e alcançar o objetivo previsto.

Nesse sentido, com base no objetivo geral da pesquisa foi possível mapear como está se materializando a oferta de AEE no município de Sumé – PB, de forma a apresentar uma estrutura organizativa composta por uma responsável pela coordenação geral na secretaria de educação, duas professoras que realizam os atendimentos em quatro escolas do município. É a partir dessa rede que se materializa o atendimento das crianças matriculadas no ensino regular que possuem diagnósticos ou estão em fase de investigação sobre possíveis deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Com a pesquisa foi possível ainda entender a dinâmica de funcionamento das salas de AEE, uma vez que o município possui apenas duas professoras realizando os atendimentos e existem quatro salas funcionando em quatro escolas do município. Nesse sentido, o processo de organização dos atendimentos perpassa uma lógica de agendamento e a dinâmica adotada pela secretaria, pelas escolas e pelas professoras tem possibilitado abranger o máximo possível de estudantes nas salas de AEE.

Muitos outros elementos emergem na pesquisa e nos motiva a continuar pesquisando e buscando compreender quais são as melhores formas para que se possa garantir o direito à educação pública, de qualidade e socialmente referencial a todos e todas, sem que se promova exclusão ou discriminação daqueles e daquelas que apresentam necessidade de acompanhamento especial.

Nesse sentido, mais um destaque que fazemos é sobre o projeto que está em fase de finalização para execução da oferta de AEE para as crianças das Escolas do Campo, o que representa um ganho significativo no atendimento aos direitos dos povos camponeses. Como

estudante e futura licenciada em Educação do Campo, vejo nesse ato um avanço no que diz respeito por uma educação de fato inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da escola pública contemporânea**. Campinas – SP. UNICAMP, 1998. Tese (pós-doutoramento em educação). P.203.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª ed. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. [L'analyse de contenu]. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa. Edições 70, 2004.
- BRASIL, Decreto nº 7.611, de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em 30 de julho de 2018.
- BRASIL, LEI n.º 9394, de 20.12.96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: federativa-do-brasil-1988#art-208--inc-III> Acesso em 29 de julho de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura: **A Política e o Plano Setorial de Educação e Cultura**. Brasília, 1973. Cultura. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001755.pdf>> Acesso em 29 de julho de 2018.
- BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2008**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2018.
- BRASIL. **Lei 4024/61, de 21/04/61**. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.
- FAUSTO, Bóris. **O Brasil Republicano. estrutura e economia**. 2º ed. v 2. São Paulo – DIFEL. 1982. 499p.
- GLAT, R. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LANKSHERAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo. Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Suzete Viana. **Políticas Públicas para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17827_7668.pdf> Acesso em 30 de julho de 2018.

NERES Celi Corrêa. **O público e o privado na história da Educação Especial**. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis11/art6_11.htm> 29 de julho de 2018.
> Acesso em 29 de julho de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES

Escola:	
Nome (opcional):	
Sexo: () Mas. () Fem.	Idade:
Reside em: () área urbana () área rural	
Categoria funcional: () Efetivo () Contratado () Celetista () Outro	
Turno(s) de atuação nesta escola: () Matutino () vespertino () noturno	
Atua como docente em outra escola? () sim () não	
Atua em outra rede? () sim () não Caso sim, qual: () pública () privada	
Escolaridade: <input type="checkbox"/> Ensino Médio (cursando) <input type="checkbox"/> Ensino Médio (concluído) <input type="checkbox"/> Ensino Superior (cursando) <input type="checkbox"/> Ensino Superior (concluído) <input type="checkbox"/> Especialização (cursando) <input type="checkbox"/> Especialização (concluído) <input type="checkbox"/> Mestrado (cursando) <input type="checkbox"/> Mestrado (concluído) <input type="checkbox"/> Doutorado (cursando) <input type="checkbox"/> Doutorado (concluído)	
Se cursa/cursou nível superior: Qual curso? _____ Onde cursa/cursou? _____ Caso tenha concluído, quando concluiu? _____	
Tempo de atuação como docente: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 a 7 anos () 7 a 10 anos () Mais de 10 anos	
Tempo de atuação como docente em escola do meio rural: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 a 7 anos () 7 a 10 anos () Mais de 10 anos	
Tempo de atuação nesta escola: () Menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 a 4 anos () 5 a 7 anos () 7 a 10 anos () Mais de 10 anos	

**APÊNDICE B - TABELA DE CODIGOS DE CLASSIFICAÇÃO
INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS DE SAÚDE (CID)**

CÓDIGO DE CID	NOME TRANSTORNO/DOENÇA
F70	RETARDO MENTAL LEVE
F70.1	RETARDO MENTAL LEVE – COMPROMENTIMENTO SIGNIFICATIVO DE COMPORTAMENTO, REQUER VIGILANCIA OU TRATAMENTO
F71	RETARDO MENTAL MODERADO
F71.1	RETARDO MENTAL MODERADO - COMPROMENTIMENTO SIGNIFICATIVO DE COMPORTAMENTO, REQUER VIGILANCIA OU TRATAMENTO
F72	RETARDO MENTAL GRAVE
F79.1	RETARDO MENTAL NÃO ESPECIFICO SIGNIFICATIVO DO COMPORTAMENTO, REQUER VIGILANCIA OU TRATAMENTO
F81.3	TRANSTORNO MISTO DE HABILIDADES ESCOLARES
F84	AUTISMO
F84.1	AUTISMO ATÍPICO (APRESENTA GERALMENTE APÓS 3 ANOS)
F90	TRANSTORNO HIPERCINÉTICOS (TDAH, TODA, DDA)
F90.0	DISTÚRBIOS DA ATIVIDADE E DA ATENÇÃO
F91	DISTÚRBIOS DE CONDULTA
G40	EPILEPSIA
G40.0	EPILEPSIA E SINDROMES EPILÉPCAS IDIOPÁTICAS DEFINIDAS POR SUA LOCALIDADE (FOCAL) (PARCIAL) COM CRISES DE INICIO FOCAL
G40.3	EPILEPSIA E SINDROMES EPILÉPCAS GENERALIZADAS IDIOPÁTICAS
G62.8	OUTRAS POLINEUROPATIAS ESPECIALIZADAS
G80	PARALISIA CEREBRAL
G91	HIDROCEFALIA
H90.6	PERDA DE AUDIÇÃO BILATERAL MISTA, DE CONDUÇÃO E NEURO SENSORIAL
M99	LESÕES BIOMECÂNICAS NÃO CLASSIFICADOS EM OUTRA PARTE
Q02	MICROCEFALIA
Q03	HIDROCEFALIA CONGÊNITA
Q04.0	MALFORMAÇÃO CONGÊNITIVAS DO CORPO CALOSO
Q05	ESPINHA BÍFIDA
Q91	SINDROME DE EDWAEDS E SINDROME DE PATAU